

ESPIRITISMO E POLÍTICA: OS TORTUOSOS CAMINHOS DO CONSERVADORISMO RELIGIOSO E SUAS CONTRADIÇÕES NO BRASIL*



Luiz Signates**

Resumo: *Trata este trabalho das transformações do espiritismo em sua relação com os sentidos da política. Destaca-se inicialmente a predominância do individualismo moralista nos fundamentos doutrinários do espiritismo. No Brasil, o espiritismo emerge como religião, e segue num quadro de forte despolitização, exceto na afirmação da liberdade religiosa, no Império (Questão Religiosa) e quando emergem debates públicos sobre aborto e pena de morte. Entretanto, em meio ao debate das eleições de 2018, emergiu na internet uma controvérsia envolvendo a figura de Divaldo Pereira Franco, em Goiânia, que tem alterado o modo como os espíritas lidam com as temáticas políticas.*

Palavras-chave: *Espiritismo. Política. Religião e Política no Brasil.*

A temática das relações entre religião e política é uma das mais instigantes, tanto na área das ciências sociais, quanto na das ciências da religião. São, indiscutivelmente, as duas atividades mais mobilizadoras dos coletivos humanos na história. Ambas apelam profundamente à alma humana, uma pelo poder, outra pela salvação, e, embora atualmente sejam abordadas de forma disjuntiva, no quadro da grande dicotomia de Bobbio – público e privado –, não raro seus sentidos se encontram e, quando isso ocorre, pouca coisa se conserva como estava, no âmbito da produção histórica dos sentidos sociais.

* Recebido em: 27.08.2019. Aprovado em: 04.11.2019. Este texto é produto de conferência feita no III Colóquio Internacional do NEARG, pronunciada em 5 de abril de 2019, na Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

** Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Mestre em Comunicação (UnB). Especialista em Políticas Públicas (UFG). Graduado em Comunicação Social-Jornalismo (UFG). Docente na PUC Goiás e na UFG. *E-mail:* signates@gmail.com

Este trabalho percorre essa interface de poderosos sentidos, centrado numa tradição religiosa muito específica e extremamente relevante da cultura brasileira: o espiritismo, em sua vertente majoritária e hegemônica, o kardecismo, observado em suas características complexas, de produtor e influenciador de várias tradições religiosas no Brasil, e de lugar típico onde aportaram várias expectativas e ideologias, religiosas ou não, características das classes média e alta brasileira. Como é comum perceber nas mais diferentes tradições religiosas, também no espiritismo a intersecção com a política não ocorre, nem jamais ocorreu, de forma pacífica ou harmônica, tanto pelos seus sentidos teológicos ou discursivos originários, quanto pelas razões do macro contexto iluminista contemporâneo, exigente de uma separação entre religião e Estado.

A abordagem deste trabalho, além de procurar fazer um rápido repertório dos diferentes modos como o espiritismo relacionou-se, tanto em termos doutrinários, quanto sociológicos, com as questões políticas de cada época, busca descrever e registrar o modo como o recente episódio da radicalização que tipificou as eleições presidenciais brasileiras de 2018 tem alterado a relação histórica dos espíritas com a política. Caso a interpretação deste trabalho esteja correta, é possível inferir que novas conflitualidades estejam em curso no espiritismo contemporâneo, modificando tanto a compreensão historicamente conservadora da doutrina, como transformando relações conservadoras de indiferença ou repressão, típicas do modo específico como os espíritas tratam as próprias diferenças (SIGNATES, 2001; 2013), em eventos de conflitualidade pública e explícita, que ocorrem sem ainda assumirem o condão de efetuar rupturas identitárias ou institucionais relevantes.

A CONTROVÉRSIA ÍNTIMO-PÚBLICO NO ESPIRITISMO BRASILEIRO

A relação entre espiritismo e política sempre foi polêmica e controversa no Brasil. Em geral, o espírita brasileiro é infenso à discussão política. A interpretação espírita sempre tendeu à perspectiva psicológica, individualista. O espírita acredita piamente que qualquer mudança autêntica na sociedade só se dá se for antecedida de uma transformação no interior do indivíduo¹. É o pensamento individual ou o sentimento, específicos da intimidade da alma, que produz a relação, jamais o contrário. Eis porque, para o espírita, é o campo moral, percebido não como âmbito da cultura ou das regras sociais, e sim como postura íntima, sentimental e espiritual, o lugar por excelência de qualquer atuação transformadora do homem.

Esse individualismo moralista tem fortes raízes dogmáticas no espiritismo. A noção de “espírito” presente desde a codificação do espiritismo, por Allan Kardec, é fortemente individualista, e a ponto que até as tragédias naturais ou acidentais

e mesmo os fenômenos de crime e genocídio são usualmente interpretados pelos espíritas como resultantes combinadas de pertinências e compromissos reencarnatórios. A noção de justiça divina, num contexto em que, como já expusemos em outros trabalhos (SIGNATES, 2019), a ação do sagrado se dá num vínculo forte com a experiência profana, é admitida num quadro quase determinista, em que, efetivamente, nada aconteceria por acaso. Em outras palavras, o coletivo apenas acontece a partir do âmbito do individual e em regime de subalternidade a este.

O corolário moral do individualismo espírita é a concepção de que não há transformação válida e eficaz senão a individual, a pessoal, a da intimidade da alma humana. É nessa dimensão da dogmática espírita que se percebe a centralidade da noção de “reforma íntima”, como fundamento para todo e qualquer desenvolvimento histórico ou social, uma visão que alimentou bastante as diferentes correntes espiritualistas New Age, fonte da enorme e lucrativa literatura de autoajuda, que também produz um discurso reformista subjetivo, individualista e profundamente despolitizado.

Em termos epistêmicos, isso significa que não há um raciocínio sociológico ou político estruturado na teologia espírita. Os poucos livros espíritas escritos sobre o assunto, ou trabalharam para justificar a posição individualista (LOBO, 1992; LOBO, 1994; PINHEIRO, 2001), ou buscaram a reinterpretção dos dogmas espíritas a partir de teorizações sociológicas ou políticas em voga (DENIS, 1982; PORTEIRO, 1990; LAVIGNE; DO PRADO, 1955).

Isso obriga a que toda e qualquer interpretação consistente da relação entre religião e política, tomando por base o espiritismo kardecista no Brasil, deva considerar de modo central a experiência empírica do movimento espírita, percebido como movimento social religioso. E isso passa, inclusive, pela percepção de que o espiritismo francês sofreu profundas alterações, na recepção brasileira da doutrina e nas práticas que se seguiram, dentro do contexto da cultura brasileira a partir da segunda metade do século 19 (AUBRÉE; LAPLANTINE, 2009; SIGNATES, 2019).

Por serem razões sociológicas e históricas de diferenças de contexto cultural, essa distinção pode ser feita também no modo como se tratou a política.

ESPIRITISMO NA FRANÇA: ENTRE O LIBERALISMO E O SOCIALISMO UTÓPICO

Apesar da noção de “espírito” em Kardec ter desde o princípio o traço individualista que comentamos, é possível inferir que os debates sociais e políticos tinham menos rejeição entre os primeiros autores espíritas na França. São bastante nítidos os posicionamentos de Kardec (e, claro, dos ditados espirituais que ele

utilizou para a codificação da doutrina espírita) tanto em direção a um liberalismo próximo de Adam Smith (DE MAURO, 1985), quanto na percepção do socialismo utópico (AUBRÉE; LAPLANTINE, 2009, p. 100-101), que animava muito a intelectualidade francesa e a nascente sociologia de sua época, em que nem Marx, nem Comte ainda haviam consolidado seu pensamento e sua influência.

Entre Adam Smith e Saint Simon (este, professor de Pestalozzi, do qual Kardec foi aluno), o espiritualismo espírita nascente assumiu a postura de uma justiça social decorrente do convencimento dos ricos para a responsabilidade distributiva da riqueza e para a generosidade e a caridade cristãs, e nessa direção carimbou o processo evolutivo, como realização positiva, insofismável e inevitável do progresso da razão.

Há registros de envolvimento de Kardec com a esquerda francesa, especialmente os socialistas utópicos, que eram em geral espiritualistas. Incontri e Bigheto (2004, p. 2) afirmam que

Kardec era um educador preocupado com as questões sociais, que militava pela educação popular. Já aos 24 anos de idade, escreveu brilhante ensaio Proposta para a melhoria da Instrução Pública (ver RIVAIL, 2000) e durante décadas deu cursos gratuitos, em sua própria casa, de química, matemática, astronomia, fisiologia, gramática... numa tentativa de democratizar o conhecimento. Ao que parece, manteve relações com os socialistas (depois chamados de utópicos por Marx e Engels), pois em sua fase espírita, os cita constantemente, entre eles, Fourier, e Saint-Simon. (Robert Owen, por sua vez, recebeu influência de Pestalozzi, pois o visitou em Iverdon e mais tarde tornou-se adepto do espiritismo). O pesquisador francês François Gaudin descobriu recentemente documentos ainda inéditos, revelando a parceria de Kardec com o amigo Maurice Lachâtre, conhecido socialista de tendência anarquista e editor das obras de Marx, em fascículos populares. Ambos tiveram um projeto economicamente fracassado da fundação de um banco popular, possivelmente nos moldes do que queriam os socialistas pré-marxianos e os anarquistas como Proudhon.

Ainda na França, surpreendemos naquele que, após a morte de Kardec, se tornou o principal intelectual do espiritismo na virada do século 19 para o século 20, León Denis, um filósofo autodidata, maçom e socialista utópico (LUCE, 1978; MONTEIRO, 2003; LEFRAISE; MONTEIRO, 2007), e que efetuou um interessante debate sobre a proximidade das ideias espíritas com as ideias socialistas, num livro chamado “Socialismo e Espiritismo”, publicado pela primeira vez em Francês na Revue Spirite, a partir de 1924, e transformada em livro no Brasil, em 1982 (DENIS, 1982).

Nesta obra, ele posiciona o pacifismo como núcleo de uma ideia política no espiritismo, e faz forte crítica à estratégia da violência revolucionária do marxismo. Num juízo moral, típico dos espíritas, ele afirmou que o marxismo tornou a ideia socialista uma ideia antipática para as camadas ajuizadas e racionais da burguesia europeia, e defendeu a proposição de que nada que fosse feito com violência poderia culminar em paz e justiça, e, portanto, qualquer condução da sociedade capitalista para a socialista deveria ser feita pelo convencimento moral das classes. Denis se baseia em vários socialistas de fundamentação idealista, de sua época.

Antes de Karl Marx, o socialismo era profundamente simpático graças a ele, é hoje execrado. A luta de classes é uma tática perniciosa que desviava do socialismo aqueles que seriam seus melhores elementos, sem lhe conceder a mínima força. A classe operária sozinha é incapaz de transformar a sociedade e dirigir o mundo novo (DESLINIÉRES apud DENIS, 1982, p. 90-91).

Em seguida, preceitua Denis (1982, p. 93-95), sem deixar margem para dúvidas:

Ao invés de atiçar as más paixões e impelir a luta de classes, aprendamos todos a grande lei que regula o destino dos indivíduos e dos povos e faz tombar sobre eles as consequências das ações cometidas [...]. ... o verdadeiro ponto de partida dos socialistas deveria ser a educação, o ensino. O progresso intelectual e moral realizando-se de início o ensinamento, em razão disso o progresso material seria inelutável consequência.

Apesar disso, a preocupação que concentrava os espíritas da segunda década do século 20 na Europa não eram as questões sociais. No ano seguinte, em 1925, ocorreu, sob a presidência do próprio Léon Denis, em Bruxelas, o III Congresso Espírita Internacional, e a grande temática foi a disputa de sentidos do espiritismo experimental, concentrada na “distinção entre a experimentação espírita e a experimentação metapsíquica” (LUCÉ, 1978, p. 186).

ESPIRITISMO BRASILEIRO: POLÍTICA SEM POLITIZAÇÃO

No Brasil espírita, jamais o debate político ou social teve esse nível de sofisticação ideológica. Aqui, o espiritismo se constrói numa forte luta pelo direito à identidade religiosa, debaixo do pesado combate da Igreja Católica, num momento em que o romanismo reprimia inclusive o catolicismo popular. É historicamente compreensível que o espiritismo sofresse esse nível de oposição, afinal eram católicos praticantes os primeiros espíritas (STOLL, 2003; THEODORIDIS,

2016) e a prática espírita brasileira erigiu-se institucionalmente usando o cotidiano católico como referência.

A introdução do espiritismo originou uma situação bem diferente [das tradições religiosas de origem africana]: ocorreu na população branca, de classe dominante, nos mais poderosos centros políticos e administrativos do país (Salvador e Rio de Janeiro). Apesar de não haver consenso entre os seguidores do espiritismo sobre se deveriam enfatizá-lo como ciência ou religião, a hierarquia católica deu logo sinal de que se tratava de uma ameaça (DOS SANTOS, 1997, p. 13).

Essa herança cultural de índole católica não arrefeceu, contudo, em razão dos combates promovidos pela Igreja. A partir da década de 1930, começa a influência de Francisco Cândido Xavier, que contribuiria para consolidar a cultura espírita hegemônica, exclusivamente religiosa aos moldes católicos.

Esse modo católico de ser espírita, concretizado por Chico Xavier através do exemplo de vida, parece ser responsável, em larga medida, pela transformação dessa que era uma doutrina estrangeira em religião integrante do ethos nacional. Da moda de salão, da atividade de cunho terapêutico, o Espiritismo passou a integrar o imaginário brasileiro. Parte desse tributo se deve a Chico Xavier. É dele [...] a construção do ‘estilo brasileiro’ de ser espírita. Um estilo que tem por fundamento a noção cristã de santidade, um dos valores fundantes da cultura religiosa nacional (STOLL, 2003, p. 196).

Até hoje, as ritualidades de uma reunião de “palestra pública” espírita, tal como definida desde 1977 pela Federação Espírita Brasileira (FEB, 2006, p. 23-26), especialmente quando é procedida de aplicação de passes e oferta de água fluidificada, segue em linhas gerais a liturgia da missa (orações antes e após a liturgia da palavra; eucaristia; e oferta final da hóstia).

Estabelecido como religião abraçada pelas elites do Rio, de São Paulo e das capitais do Nordeste, o espiritismo brasileiro passou a vicejar como caridade e mediunidade, a serviço dos pobres, e assim ganhou ao longo do século todos os rincões do país. Muita espiritualidade fenomênica, muita ação social, mas pouco estudo, o que possibilitou inclusive que experiências religiosas negras pudessem surgir em seu bojo, como a Umbanda, sem a necessidade de qualquer esforço intelectual ou teológico (ORTIZ, 1991).

Mesmo quando intelectuais, usualmente vinculados a profissões médicas e psicológicas, começaram a produzir um pensamento espírita mais próximo da linguagem científica ou filosófica (HESS, 1991), como era recomendação original de Kardec, não havia uma articulação voltada para as ciências sociais ou políti-

cas. Ao contrário, as discussões políticas eram banidas como mundanas, rejeitadas como materialistas e, sobretudo, desprezadas como propulsoras de reformas superficiais, passageiras, que não lidavam com aquilo que era principal, o interior da alma humana, sua vontade, suas angústias, seus sentimentos, sua individualidade jamais redutível a nenhum coletivo. Destacamos um exemplo típico, numa recomendação do espírito Emmanuel, através da mediunidade de Chico Xavier, inscrita no livro “O Consolador”:

O spiritista sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no Espírito das criaturas (XAVIER/EMMANUEL, 2009, p. 28).

Essa separação entre o individual e o coletivo, entre os sentidos sociais e os psicológicos, determinou o espiritismo como um movimento caridoso, generoso, pacífico, porém alienado dos sentidos sociais e políticos da sociedade brasileira. Não que os espíritas não pudessem ser políticos, até porque várias de suas lideranças foram políticos, alguns de expressão, como Bezerra de Menezes², Bittencourt Sampaio³, Eurípedes Barsanulfo⁴, Cairbar Schutel⁵ e outros. E nem tampouco porque as ideias espíritas não sofressem interferência dos debates políticos das diferentes épocas da conturbada história da república brasileira. Há quem perceba vínculos entre as descrições feitas pelo espírito André Luiz, por meio de Chico Xavier, da cidade espiritual Nosso Lar⁶, com o integralismo da ditadura Vargas, que vigorava na época em que o livro foi psicografado pelo médium mineiro. Essa passageira simpatia espírita pelo fascismo ou pelo integralismo tem sido bastante documentada pelos trabalhos de análise histórica de Sinuê Miguel, a partir de estudos documentais dos periódicos doutrinários em circulação no movimento espírita da época (MIGUEL, 2009), embora este mesmo pesquisador evidencie os conflitos derivados da forte aliança dos movimentos integralistas com a Igreja Católica, motivo pelo qual este grupo político participava do combate ao espiritismo, forçando, no mínimo uma isenção dos espíritas em relação aos sentidos da política na época (MIGUEL, 2010).

E não que as instituições espíritas não se relacionassem com o Estado, pois as obras sociais espíritas cresceram em proporção às vezes gigantesca, graças ao acesso às verbas sociais dos governos, razão pela qual a relação dos espíritas com os governantes sempre foi marcada pelo clientelismo e recompensada às vezes por uma quase sempre discreta campanha eleitoral junto às comunidades espíritas.

A ampliação dos trabalhos assistenciais requer, dos espíritas, uma maior interlocução com o Estado, com as agências que formam a rede de serviços assistenciais, uma estruturação mais autônoma da área assistencial no centro espírita, a busca de mais recursos, a incorporação de profissionais para atuação (e não somente voluntários), enfim, um conjunto amplo de tarefas que fazem com que os espíritas se vejam em atividades que, aparentemente, nada tem a ver com o atendimento direto ao assistido. Se de um lado, todas essas atividades acarretam em uma possibilidade de ampliação e diversificação dos trabalhos assistenciais, por outro, os espíritas parecem preferir permanecer em suas atividades menores, em uma ação mais direta e moral junto ao assistido do que ter que afastar-se dessas atividades para cumprir exigências formais, de um lado, e, de outro, ter que ceder a outros discursos (do Estado, de outras agências privadas e dos profissionais) na ação assistencial (SIMÕES, 2015, p. 1889-1890).

Evidentemente, não se pretende aqui “explicar” a assistência social espírita tão somente pelas relações com o Estado, afinal, como asseverou Cavalcanti (1983), a caridade, além da mediunidade e do estudo, constitui um dos elementos do “sistema ritual espírita”. Tornada “assistência social”, na sua institucionalização pelos Centros Espíritas ou em instituições especializadas (ARRIBAS, 2010), estabelece-se como uma atividade que se relaciona, mas também ultrapassa, por razões doutrinárias, o espectro da negociação política. Como revela Simões Neto (2017, p. 158), em resultado de extensa pesquisa empírica feita junto aos adeptos, “a conceituação [de assistência social] construída pelos espíritas entrevistados estava mais referida ao universo interno à religião do que dialogava com o contexto social”.

A atividade eleitoral, porém, é uma atividade sempre controversa. Em geral, o espírita sequer vota no espírita. Alguém que faça campanha eleitoral explícita no interior de centros espíritas recebe rejeição imediata⁷. Aparentemente, a separação iluminista entre estado e religião infundiu uma convicção profunda no adepto. Observa-se, portanto, que em certos momentos históricos, o movimento espírita foi influenciado pelas correntes políticas em voga. No Brasil, contudo, isso jamais se tornou um movimento organizado, ou mesmo uma corrente interna do movimento. Prevaleceu aqui a despolitização que conhecemos nas

religiões espiritualistas de classe média, o que, aparentemente, relegava à vida privada as tendências claramente conservadoras que vicejavam no interior do movimento. Temas como família, moralidade, paz como ausência de qualquer conflito são até hoje muito caros aos espíritas brasileiros.

Na história do espiritismo brasileiro, apenas em três ocasiões o movimento espírita foi explicitamente à esfera pública, participar de alguma forma da disputa por sentidos de interesse público junto ao Estado.

A primeira vez foi no início, no final do século 19, quando as lideranças do espiritismo iniciante, recém-chegado da Europa, diante da violenta oposição católica, reivindicaram junto a D. Pedro II o direito à liberdade religiosa. Nessa época, os espíritas caminharam unidos aos maçons, pela laicização do Estado, e com os protestantes, pela liberdade de culto religioso. Existem evidências que dão conta de que a conformação fortemente religiosa do espiritismo no Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa da época, se deu justamente por conta dessa discussão, que se tornou conhecida como Questão Religiosa.

As outras duas vezes são momentos episódicos, quando emergem no legislativo ou no judiciário as discussões sobre duas temáticas específicas: aborto e pena de morte. Por estas questões, os espíritas mobilizam grupos explícitos de pressão, junto às instâncias legislativas e judiciárias.

Católicos, evangélicos e espíritas reuniram-se em 08 de agosto de 2012 em Fortaleza, para o lançamento do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto. Apresentado como supra-partidário e supra-religioso o movimento é, no entanto, apoiado basicamente pela CNBB, pela Frente de Deputados Evangélicos e pela Federação Espírita Brasileira (MIRANDA, 2013, p. 71).

Em relação à pena de morte, a mobilização dos espíritas nunca foi assim, tão intensa, em razão dessa questão jamais ter sido reivindicada por nenhum segmento social. Evidentemente, esses temas chamam a atenção não por serem debates humanistas, de alta repercussão social e ética, caso contrário os espíritas se mobilizariam fortemente também quando temáticas semelhantes, de alta consequência social, como as injustiças sociais, a corrupção e a desigualdade, são lançados à esfera pública. As temáticas do abortamento e da pena de morte mobilizam os espíritas por serem proposições dogmáticas no espiritismo. Allan Kardec posicionou-se fortemente contra elas e isso torna tais dogmas uma posição fechada para os espíritas.

As demais ações de natureza política do movimento espírita brasileiro, registradas pela história, são pontuais e nem sempre mobilizadas pelo interesse público, ainda que inspiradas, como é comum nas religiões, pela dogmatização interna que impõe posições a priori. Foi o caso, por exemplo, da exclusão espírita das

ritualidades negras e do diálogo com as correntes esotéricas, especialmente a partir da década de 1970, decorrentes da autoafirmação do kardecismo pela motivação federativa da pureza doutrinária, que temos analisado em vários de nossos trabalhos acadêmicos (SIGNATES, 2014; 2019). Foi registrada por Ivonne Maggie (1992), em sua célebre tese doutoral “O medo do feitiço”, o colaboracionismo da Federação Espírita do Estado de São Paulo com a repressão da polícia durante a ditadura Vargas, contra os terreiros de umbanda que ousavam se automearem espíritas, a fim de fugirem da perseguição policial. Nenhuma dessas controvérsias, contudo, teve o condão de se tornar discussão pública ou polêmica de sentido político. Em geral, foram ações e disputas ocorridas no interior do movimento e que engendraram, pela força institucional com que foram assumidas, transformações dogmáticas ou rituais praticamente sem repercussão na esfera pública mais ampla da sociedade civil.

Eis porque a temática que pretendemos abordar com centralidade neste trabalho, a da disputa havida no movimento espírita brasileiro, através e sobretudo nas redes sociais virtuais, em torno da Lava jato e da candidatura Bolsonaro, constitui um evento específico de alta relevância qualitativa para a análise da relação entre espiritismo e política no Brasil.

DIVALDO FRANCO E O CONFLITO DIREITA/ESQUERDA NO ESPIRITISMO CONTEMPORÂNEO

Em fevereiro de 2018, o conferencista espírita Divaldo Pereira Franco, o mais festejado orador espírita da atualidade e o único assumido sem reservas pela Federação Espírita Brasileira, participava em Goiânia, nos dias de carnaval, como faz todos os anos há mais de 30 anos, do Congresso que a Federação Espírita do Estado de Goiás promove, no Centro de Cultura e Convenções de Goiânia.

Numa reunião, que era para ser um encontro informal com a juventude espírita, Divaldo respondia às perguntas que os jovens lhe faziam (DIÁRIO DA MANHÃ, 2018). A determinada altura, um deles, de nome Fernando, o indagou: “O que dizer sobre a ideologia de gênero?” Não deve ser segredo para ninguém que a expressão “ideologia de gênero” é um termo pejorativo, usado pela primeira vez em 1998, pela Igreja Católica, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru. O termo expressa uma crítica conservadora a atividades pedagógicas voltadas para a questão de gênero e sexualidades nas escolas, pelo temor de que vá contra os valores da família e de que se estimulem crianças a serem homossexuais ou transexuais.

A resposta do líder espírita foi um verdadeiro libelo de posicionamento político de direita. Ele começou relacionando a suposta ideologia de gênero ao marxismo. Ouçam o que ele disse:

– A tese é profundamente comunista e ela foi lançada por Marx, sobre outras condições, que a melhor maneira de submeter um povo não era escravizá-lo economicamente, era escravizá-lo moralmente. Como nós vemos através de vários recursos que tem sido aplicado no Brasil, nos últimos nove anos, dez, em que o Poder Central tem feito todo o esforço para tornar-se o patrão de uma sociedade em plena miséria econômica e moral.

Em seguida, numa digressão ao assunto que lhe foi perguntado, ele desferiu um elogio ao então juiz Sérgio Moro:

– Todas essas manifestações que estamos vendo graças à República de Curitiba, cujo presidente é o Dr. Moro, e deve ser o desnudar da hipocrisia e da criminalidade. Aliás, o Evangelho recomenda que não deveremos provocar o escândalo e o nosso venerando juiz não provocou escândalo: atendeu a uma denúncia muito singela e, no entanto, levantou o véu que ocultava crimes hediondos profundos.

E, por fim, dentre outros comentários, Divaldo Franco repercutiu uma das grandes *fakenews* da campanha Bolsonaro, a da suposta existência de cartilhas do MEC que estimulam a sexualidade precoce das crianças:

– Falávamos, ontem, a respeito de cartilhas do Ministério da Educação, depravadas, para corromper as crianças e que as escolas estão devolvendo ao Ministério. Que Ministério de Educação é esse que estabelece fatos de uma indignidade muito grande? Os pais devem vigiar os livros de seus filhos e naturalmente recusarem. Nós temos o direito de recusar, nós temos o dever de recusar!

Esse pronunciamento, feito numa reunião informal com jovens, teria sido assimilada e caído no esquecimento, como todas as outras que os espíritas tratam, para a disseminação do conservadorismo que caracteriza o movimento espírita hoje. Afinal, em outubro do ano anterior, 2017, o mesmo Divaldo Franco havia feito, sem grande alarde, uma homenagem pública ao então prefeito de São Paulo João Dória, no Auditório do Ibirapuera (CIDADE DE SÃO PAULO, 2017). A fala de Divaldo, portanto, seria consumida e segregada à reunião onde fora dita. Entretanto, a entrevista foi transmitida ao vivo pela internet e disseminada em seguida pelos admiradores de Divaldo Franco, naturalmente movidos pelo entusiasmo de ver o grande líder espírita adotar uma posição política que já vicejava com força na classe média brasileira.

O que não era esperado foi a reação dos espíritas de esquerda. Na semana seguinte, liderados pela pedagoga paulista Dora Incontri, presidente da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita, um grupo de 62 espíritas de diferentes estados

do Brasil, a maioria do estado de São Paulo, publicaram um manifesto em que protestaram contra o posicionamento direitista do orador (GGN, 2018). O manifesto responde diretamente ao que foi dito: desmente que exista uma “república de Curitiba”, questiona a parcialidade do juiz Moro e acusa o orador de levar a sério uma *fakenews*, a do *kit gay* nas escolas, exprimindo com isso um preconceito no trato das questões relacionadas à orientação sexual. Por fim, o palestrante é desqualificado como alguém que apenas emitia sua opinião pessoal, conservadora e retrógrada, e não falava, portanto, pelo espiritismo. Diz o manifesto, em sua desautorização ao médium Franco, sem citá-lo diretamente:

Consideramos que as manifestações de médiuns, lideranças e dirigentes espíritas são livres e podem e devem ser analisadas e discutidas de forma respeitosa e racional. O exercício da mediunidade e os postos de liderança não conferem autoridade incontestável em nenhum assunto.

A partir de então, nas redes sociais ao longo do ano de 2018, muitas lideranças espíritas brasileiras e mesmo sites jornalísticos se posicionaram, seja defendendo Divaldo Franco e fazendo-lhe coro (GAZETA DO POVO, 2018), seja contestando-o e assumindo uma posição contra hegemônica (BRASIL 247, 2018). Ao longo de vários meses, o orador baiano não se posicionou a respeito da controvérsia gerada por ele. Discretamente, a instituição que ele dirige, o Centro Espírita Caminho da Redenção, reivindicou ao *Youtube* os direitos autorais do vídeo publicado, razão pela qual o link que leva ao vídeo foi anulado em vários sites, mas ainda pode ser encontrado no *Youtube* (YOUTUBE, 2018a).

A postura institucional de retirada do vídeo da internet, bem como o silêncio de Divaldo ante a controvérsia sinalizavam o eventual interesse dele em finalizar a querela, como, aliás, é bem próprio da atitude espírita, de evitar conflitos ou controvérsias públicas. Entretanto, em 22 de agosto, já iniciada a campanha eleitoral no Brasil, eis que Divaldo Franco fala na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e, em novo pronunciamento transformado em vídeo e que também passou a circular na internet, volta a carga contra Marx e o marxismo. Desfere críticas ferinas e pessoais ao filósofo, dizendo que era um ocioso, que jamais trabalhou, que passou a vida às expensas da esposa rica, acusa-o de ensinar como devastar um povo destruindo a família, degradando a sociedade,

para que se perca os padrões éticos, como estamos vendo no Brasil, especialmente quando a digna ex-presidente da república apresentou um projeto a respeito da liberdade infantil de escolher o sexo que deseja ter. Não é importante a anatomia para o marxismo, porque o que interessa é a desordem. [...] É a ausência total da dignidade ética (YOUTUBE, 2018b).

A crítica moralista da política é o tom da direita espírita, sintonizada com a onda conservadora que percorreu a sociedade nos últimos anos.

O resultado disso é história. No primeiro turno das eleições de 2018, o Instituto DataFolha (ESTADÃO, 2018a) testemunhou o perfil do espírita kardecista brasileiro: 40% votaram em Jair Bolsonaro, 13% em Ciro Gomes, do PDT, 13% em Haddad, do PT, 11% em Geraldo Alkimin, do PSDB e 7% em João Amoedo, do NOVO. Em outras palavras, as candidaturas de esquerda obtiveram 26% das preferências e as de direita, 58%. Os demais candidatos receberam 7% dos votos e um total de 6% declarou branco ou nulo. De cada 3 espíritas no Brasil, dois são posicionados à direita do espectro de preferências políticas.

No segundo turno, eleição polarizada entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), a diferença diminuiu, mas o favoritismo da candidatura de direita prosseguiu expressiva: 48% votaram em Bolsonaro e 39% em Haddad, de acordo com o mesmo DataFolha (ESTADÃO, 2018b).

A disputa de sentidos fundada ano passado no movimento espírita brasileiro prossegue até os dias atuais e, aparentemente, não terá solução de continuidade tão cedo. Isso porque, no lado esquerdista da discussão, grupos se formaram, pelas redes de relacionamento do *Whatsapp* e do *Facebook*, e até instituições foram fundadas, como, no final do ano passado, ainda sob o calor da vitória eleitoral de Bolsonaro, aqui em Goiânia, a Abrepaz, a Associação Brasileira Espírita de Defesa dos Direitos Humanos e Cultura da Paz⁸. Tenho frequentado, como observador participante, todos esses movimentos e os documentado, para registro histórico e análise no âmbito das ciências da religião.

O que nos demonstram esses dados? Há uma série de conjecturas, que passo a elencar como hipóteses de trabalho, em uma pesquisa que está apenas iniciada sobre a questão.

A primeira, e talvez sociologicamente mais interessante delas, é a de que o processo de institucionalização do movimento espírita brasileiro, que se deu a partir das décadas de 1940 e 1950, com o estabelecimento do Conselho Federativo Nacional, sob o forte controle ideológico da Federação Espírita Brasileira, está fazendo água, por conta da aparentemente involuntária provocação promovida por Divaldo Franco em 2018 e que gerou essa querela interminável.

A segunda é que está em franca alteração o modo como os espíritas encaram a política, saindo de uma atitude conservadora, porém discreta, para uma em que as disputas por posicionamento se tornam visíveis, evidentemente motivadas tais condições pela polarização da própria discussão política brasileira, após a queda de Dilma e a vitória de Bolsonaro, ambas sustentadas por um forte antipetismo disseminado nas diferentes classes sociais.

A terceira hipótese diz respeito ao papel cada vez mais central da internet não somente na produção complexa da opinião pública brasileira, mas também nas formas

de organização das comunidades religiosas, cujas instituições asseguradoras da identidade por meio das vigilâncias dogmática e ritual surpreendem um imediato e contínuo enfraquecimento de sua capacidade de controle e de produção de sentido.

Tudo isso demonstra que a religião não é, se é que algum dia foi, uma atividade restrita ao mundo privado, como pretenderam os sentidos do iluminismo e da racionalidade moderna, com os processos de laicização e de desencantamento do mundo. E isso se pode dizer não apenas no sentido que se empresta às realidades históricas de países como o Brasil, nos quais a laicização do Estado jamais ocorreu verdadeiramente, mas também no sentido de que a emergência do fenômeno “privado em público”, típico das grandes redes de comunicação eletrônica, e que se torna paroxístico com a internet, é estruturante das relações religiosas.

SPIRITISM AND POLITICS: THE TORTUOUS PATHS OF RELIGIOUS CONSERVATISM AND ITS CONTRADICTIONS IN BRAZIL

Abstract: *This paper thematizes the transformations between spiritism and politics. It stands out initially the predominance of the moralistic individualism in the doctrinal foundations of the Spiritism. In Brazil, spiritism emerges as a religion, and continues in a context of strong depoliticization, except in the affirmation of religious freedom in the 19th Century (Religious Question) and when public debates about abortion and the death penalty emerge. However, during the 2018 elections debate, a controversy surfaced on the internet involving the figure of Divaldo Pereira Franco in Goiânia, which has altered the way spiritists deal with political issues.*

Keywords: *Spiritism. Politics. Religion and Politics in Brazil.*

Notas

- 1 O problema do individualismo no espiritismo tem raízes religiosas e antropológicas conhecidas (LEWGOY, 2006; 2008; STOLL, 2002).
- 2 Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti foi um dos mais destacados espíritas do final do século XIX, tendo sido Presidente da Federação Espírita Brasileira num de seus momentos de crise, resultante do conflito entre os “cientificistas”, que propugnavam que o espiritismo fosse uma ciência, e os “místicos” (entre os quais perfilava o próprio Bezerra de Menezes), que defendiam o caráter religioso. Menezes foi vereador e deputado geral pelo Partido Liberal, no Rio de Janeiro, capital do Império, entre 1861 e 1885 (WANTUIL, 1981).
- 3 Francisco Leite Bittencourt Sampaio foi uma expressiva liderança espírita contemporânea de Bezerra de Menezes. Também pertencente ao Partido Liberal, foi deputado entre 1864 e 1870 (WANTUIL, 1981).

- 4 Eurípedes Barsanulfo foi, sem dúvida, a maior personalidade do espiritismo mineiro do início do século XX, tendo deixado uma verdadeira tradição na implantação do movimento espírita no centro-oeste brasileiro, onde até hoje dezenas de centros espíritas levam seu nome. Sua atuação na política foi episódica e rápida, por apenas 6 anos, na cidade de Sacramento-MG, onde nasceu e passou a vida inteira (WANTUIL, 1981).
- 5 Cairbar de Souza Schutel foi uma das mais notáveis lideranças espíritas do final do século XIX, em São Paulo. Nascido no Rio de Janeiro, sua trajetória se destacaria em Matão, no interior de São Paulo, cidade cuja emancipação (era então distrito de Araraquara) teve nele um dos principais ativistas, razão pela qual foi seu primeiro Presidente da Câmara Municipal (cargo correspondente ao de Prefeito). Sua trajetória política é, no entanto, pouco documentada (WANTUIL, 1981).
- 6 Talvez não seja coincidência que, no integralismo, a ideia de “Pátria” era denominada pela expressão “Nosso Lar” (DUTRA, 2012; HANSEN, 2014)
- 7 O veto a campanhas eleitorais em ambientes espírita é um ponto doutrinário consolidado. Ver, a respeito, a página “Nos embates políticos”, de Luiz, André/Xavier e Vieira (2007, p. 27-28).
- 8 A instituição possui site próprio, que pode ser acessado pelo link: <https://www.abrepaz.org/>

Referências

- ARRIBAS, Célia G. *Afinal, espiritismo é religião?* São Paulo: Palameda, 2010.
- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre a França e o Brasil*. Maceió: UFAL, 2009.
- BRASIL 247. Espíritas progressistas lançam manifesto. In: CAVALCANTI, Maria L. V. de C. *O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CIDADE DE SÃO PAULO. *Prefeito João Doria será homenageado durante 3º Movimento Você e a Paz, no Ibirapuera*. Edição de 05/10/2017. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeito-joao-doria-sera-homenageado-durante-3o-movimento-voce-e-a-paz-no-ibirapuera>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- DE MAURO, Cláudio A. A ação dos espíritas. In: LARA, Eugênio. *I Encontro Nacional sobre a Doutrina Social Espírita*. Santos: PENSE, 1985. p. 60-80.
- DENIS, Léon. *Socialismo e espiritismo*. Matão-SP: Editora Clarim, 1982.
- DIÁRIO DA MANHÃ. *Divaldo Franco defende Sérgio Moro e critica política de submissão social*. Goiânia, Caderno DM/Política&Justiça, 16/02/2018. Disponível em: <http://www.dm.com.br/politica/2018/02/divaldo-franco-defende-sergio-moro-e-critica-politica-de-submissao-social.html>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- DOS SANTOS, José Luiz. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político nos anos 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ESTADÃO. *Pesquisa presidencial DataFolha primeiro turno*, 2018a. Disponível em: <https://>

politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/primeiro-turno/presidente/datafolha. Acesso em: 07 abr. 2019.

ESTADÃO. *Pesquisa presidencial DataFolha segundo turno*, 2018a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/segundo-turno/presidente/datafolha>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FEB. *Orientação ao Centro Espírita*. Brasília: Feb, 2006.

GAZETA DO POVO. *A opinião de Divaldo Franco e a celeuma da esquerda pedante*. Edição de 20/02/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/opinio-de-divaldo-franco-e-celeuma-da-esquerda-pedante/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GGN. *Espíritas progressistas respondem à entrevista coletiva de Divaldo Franco e Haroldo Dutra*. Edição de 17/02/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/espíritas-progressistas-respondem-a-entrevista-coletiva-de-divaldo-franco-e-haroldo-dutra/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

HANSEN, Thiago F. *Imaginários da modernização do direito na era Vargas: integração, marcha para o oeste e política indigenista (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado) - UFP, Curitiba, Paraná, Brasil, 2014.

HESS, David J. *Spirits and scientists: ideology, spiritism and Brazilian culture*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alexandre C. Socialismo e espiritismo, aproximações dialéticas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.16, p. 1-9, dez./2004.

LAVIGNE, Eusínio; DO PRADO, Sousa. *Os espíritas e as questões sociais: interpretação progressista de 'O Livro dos Espíritos'*. Niterói: Editora Renovação Limitada, 1955.

LEFRAISE, Armand; MONTEIRO, Eduardo C. *Maçonaria e espiritismo: encontros e desencontros. As relações de Allan Kardec e Léon Denis com a Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2007.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 84-104, jul/2008.

LEWGOY, Bernardo. O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil. *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 213.

LOBO, Ney. *Estudos de filosofia social espírita*. Brasília: Feb, 1992.

LOBO, Ney. *O plano social de Deus e as classes sociais segundo a doutrina espírita*. Sobradinho-DF: EDICEL, 1994.

LUCE, Gaston. *Léon Denis: vida e obra*. São Paulo: Edicel, 1978.

LUIZ, André; XAVIER, Francisco C.; VIEIRA, Waldo. *Conduta espírita*. Brasília: FEB, 2007.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MIGUEL, Sinuê. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940. *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 10, n. 15, p. 39-70, jan./jun. 2009.

- MIGUEL, Sinuê. O espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na era Vargas. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, dez. 2010.
- MIRANDA, Júlia. Estado laico no Brasil: entre sofismas e ambiguidades. *Revista Cultura y Religión*, v. 7, n. 2, p. 69-85, jun./dez. 2013.
- MONTEIRO, Eduardo C. *Léon Denis e a maçonaria*. São Paulo: Madras, 2003.
- MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, v. 13, n. 1, p. 7-16, maio 2009.
- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PORTEIRO, Manuel S. *Espiritismo dialectico*. Barcelona: Edicomunicación, 1990
- SIGNATES, Luiz. A mediunidade, da profecia ao rito: a transformação da espiritualidade no espiritismo kardecista. *Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 123-141, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6968/3979>
- SIGNATES, Luiz. Cisma religioso e disputa simbólica: tensão comunicacional no espiritismo brasileiro e panamericano. *Fragmentos de Cultura*, v. 23, p. 39-50, 2013.
- SIGNATES, Luiz. Comunicação e paz: uma dialética do conflito não-violento. *Fragmentos de Cultura*, v. 11, n. 4, p. 605-614, 2001.
- SIGNATES, Luiz. Espiritismo e racionalidade: o intelectual espírita e o lugar da ciência no espiritismo brasileiro. *Fragmentos de Cultura*, v. 24, p. 435-450, 2014.
- SIMÕES NETO, José P. A concepção dos espíritas sobre assistência social. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 1, p. 158-168, jan./abr. 2017.
- SIMÕES, Pedro. Religião e esferas sociais: política, econômica e assistencial ação assistencial espírita. Simpósio Nacional da ABHR, XVI, 2015, Juiz de Fora, p. 1878-1891. *Anais [...]*. Juiz de Fora, Minas Gerais, abr. 2015.
- STOLL, Sandra J. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Orion, 2003.
- STOLL, Sandra J. Religião, ciência ou autoajuda? Trajetos do Espiritismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 45, n. 2, p. 361-402, 2002.
- THEODORIDIS, Nicolas. O Espiritismo no Brasil oitocentista: Introdução, propagação, conflitos e mídia. *II Simpósio Internacional da ABHR*. Florianópolis, 25-29/07/2016. Disponível em: http://www.simpósio.abhr.org.br/resources/anais/6/1460658476_ARQUIVO_Artigo-Modelo-ABHR.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.
- WANTUIL, Zeus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: FEB, 1981.
- XAVIER, Francisco C.; EMMANUEL (espírito). *O Consolador*. Brasília: fev. 2009. Disponível em: <http://www.luzespirita.org.br/leitura/pdf/127.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- YOUTUBE (2018a). *Divaldo e a ideologia de gênero*. Postagem de 17/02/2018a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3KZ3bH3U_ec. Acesso em: 07 abr. 2019.
- YOUTUBE (2018b). *Divaldo fala sobre Karl Marx e Marxismo*. Postagem de 26/10/2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/>